O ENVELHECIMENTO HUMANO EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS EM NATAL/ RN

Alcides Viana de Lima Neto[1], Vilani Medeiros de Araújo Nunes[2], Kamilla Sthefany Andrade de Oliveira[3], Lívia Maria de Azevedo[4], Gabriella Xavier B. Mesquita[5], Joyce Viana Barbosa[6], Grasiela Piuvezam[7], João Carlos Alchieri[8.]

RESUMO

O envelhecimento humano, antes considerado um acontecimento particularmente especial, hoje faz parte da realidade da maioria das sociedades. As mudanças na dinâmica populacional e na sociedade acabaram contribuindo para um aumento na institucionalização de idosos. As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) são consideradas unidades de baixa complexidade, que desempenham funções de prevenção de doenças e agravos e manutenção da saúde do idoso que não possui mais capacidade de gerenciar sua própria vida. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório com abordagem quantitativa. O universo da pesquisa foi constituído em seis ILPI de caráter filantrópico situadas no município de Natal/ RN, Brasil. A amostra dos participantes foi constituída de forma intencional e participaram um total de 243 idosos. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado e os dados provenientes do questionário foram tabulados no *software* Microsoft Excel 2007. Do total de idosos, 71% (172) são mulheres; a média de idade é de 79,68 anos**;** a maioria (51%) era solteiro (a), seguido de viúvo (a) (27%) e uma pequena amostra (5%) não respondeu; 40,33% afirmaram não possuir nenhum filho e 28,40% afirmaram possuir entre 01 e 02; o maior percentual possui entre 01 a 03 anos de institucionalização. O envelhecimento da população tem desencadeado o aumento da procura por ILPI para abrigar os idosos. Entender o perfil e as condições desses idosos é extremamente relevante para que as ações sejam desenvolvidas de forma equitativa e integral.

Palavras-Chave: Envelhecimento Humano; ILPI; Natal/ RN.

---

[1] Enfermeiro. Especialista em Gestão em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: alcides.vln@gmail.com.
[2] Doutora em Ciências da Saúde. Professora Adjunta do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
[3] Acadêmica de Psicologia da UFRN.
[4].Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFRN;
[5]Acadêmica de Nutrição da UFRN.
[6]Enfermeira. Docente da Escola Técnica – Saúde da Universidade Potiguar (UnP).
[7] Doutora em Ciências da Saúde. Professora Adjunta do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
[8]Doutor em Psicologia. Professor Associado I do Departamento de Psicologia da UFRN.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento humano, antes considerado um acontecimento particularmente especial, hoje faz parte da realidade da maioria das sociedades (BRASIL, 2006). Isso se deve, principalmente, a mudanças em alguns indicadores de saúde, em especial aqueles relacionados com a queda da fecundidade e aumento da expectativa de vida (LISBOA; CHIANCA, 2012).

Semelhante ao que acontece em inúmeros outros países do mundo, o Brasil ingressou, desde os anos 90, em um processo irreversível de envelhecimento populacional. Dados apresentados pelo IBGE mostram que, em 2008, a fração de 0 a 14 anos representava 26,47% da população, e contingente de 60 anos ou mais 9,49%. A estimativa do IBGE é que em 2050 essas parcelas sejam de 13,15% e 29,75%, respectivamente (ALENCAR et al., 2012).

O aumento da expectativa de vida tem sido acompanhado, em muitos casos, por um declínio do estado de saúde físico e mental dos idosos, além da presença de doenças crônicas, perda da independência e autonomia, e limitações socioeconômicas e ambientais, que são fatores associados à limitação da capacidade funcional dos idosos (ALENCAR et al., 2012). A perda funcional e a maior necessidade de cuidados trazem demandas para a família no que diz respeito ao tempo para cuidar do idoso.

As mudanças na dinâmica populacional e na sociedade acabaram contribuindo para um aumento na institucionalização de idosos. Associado a essas mudanças, há a dificuldade das famílias de encontrar alguém para cuidar do idoso em casa. Todos esses fatores associados contribuem para uma maior procura das instituições de longa permanência para idosos (ILPI), que possam oferecer os cuidados necessários para essa população, suprindo a falta do suporte familiar e funcional (ALENCAR et al., 2012; DAVIM et al., 2004)

As ILPI são consideradas unidades de baixa complexidade, que desempenham funções de prevenção de doenças e agravos e manutenção da saúde do idoso, que não possui mais capacidade de gerenciar sua própria vida. A situação ideal para uma ILPI seria aquela capaz de manter um pessoal especializado na assistência social e da saúde do idoso, e que possua uma proposta de trabalho voltada a manter o idoso sempre ativo. Mesmo um idoso institucionalizado deve ser estimulado a manter e/ou melhorar a sua qualidade de vida. No entanto, o que se verifica no Brasil é a presença de locais semelhantes a grandes alojamentos, com regras de entrada e saída, poucas possibilidades de vida social, afetiva e sexual ativa (DAVIM et al., 2004).

O aumento da necessidade de institucionalização de idosos tem levado preocupação a diversos segmentos da sociedade, principalmente no que se refere às condições em que esses idosos vivem nesses ambientes. Podem ser destacados tanto aspectos positivos quanto negativos no que diz respeito ao conviver em uma ILPI. Citam-se como exemplos de fatores negativos uma estrutura física deficitária e falta de recursos humanos capacitados para atuar com os idosos.

Apesar do grande número de ILPI no Brasil, existem poucos estudos avaliando as características socioeconômicas dos idosos que nelas vivem. Um maior conhecimento do assunto pode contribuir para uma melhor avaliação da efetividade das políticas públicas, e para uma melhor capacidade de implementação de programas de assistência a esta população.

Neste sentido, torna-se necessária a realização de estudos que caracterizem sócio-demograficamente a população que reside em ILPI. Portanto, o objetivo do presente estudo é avaliar as características sócio demográficas de idosos que vivem em Instituições de Longa Permanência e contribuir para uma melhor construção das políticas públicas e implementação de programas de atenção a população idosa.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico, do tipo seccional com abordagem descritiva e exploratória. A pesquisa descritiva tem como objetivo a exposição das características de uma determinada população podendo também ser construída com a proposta de identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2010). O estudo exploratório realiza descrições precisas da situação e procura descobrir as relações existentes entre os elementos que a compõem, além, de não requerer a elaboração de hipóteses para serem testadas no trabalho (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

A abordagem quantitativa utiliza-se de procedimentos estruturados e instrumentos formais (questionários, testes, entrevistas e escalas) para a coleta de informações que podem ser quantificadas a partir da realização de procedimentos estatísticos (DYNIEWICZ, 2007).

O universo da pesquisa foi constituído por seis ILPI de caráter filantrópico situadas no município de Natal. As instituições foram escolhidas por fazerem parte de um projeto de Ações Associadas vinculado ao Departamento de Saúde Coletiva (DSC) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Os critérios de inclusão dos participantes foram: 1) Indivíduos com 60 anos ou mais de idade; 2) Idosos que apresentaram condições cognitivas de responder ao questionário; 3) Sujeitos que aceitaram participar da pesquisa e assinaram ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos os idosos que apresentavam graus de demências elevados que dificultaram as respostas fiéis às perguntas. A amostra dos participantes foi constituída de forma intencional e após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão enquadraram-se no estudo 243 idosos residentes nas ILPI.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas para caracterização social e demográfica, o qual foi respondido pelos idosos com ou sem o auxílio do cuidador e/ou pesquisador. A coleta de dados foi realizada no período de junho a novembro de 2012 por 6 pesquisadores devidamente treinados e calibrados.

Os dados provenientes do questionário foram tabulados no *software* Microsoft Excel 2007. Após a tabulação foram construídos gráficos e tabelas para a caracterização dos sujeitos entrevistados.

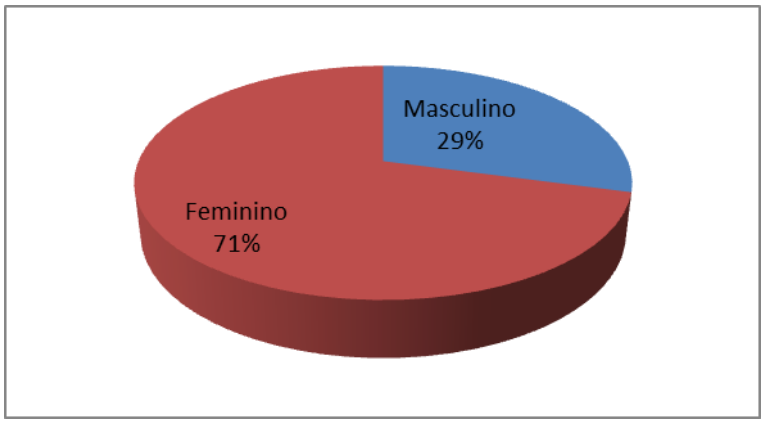
A coleta de dados ocorreu nas próprias instituições, respeitando suas rotinas de funcionamento e de forma individual. Após o aceite pelo idoso em participar do estudo, foi entregue o TCLE para que, após a leitura de ratificação do que foi explanado, o mesmo assinasse ou preenchesse o espaço reservado para impressão datiloscópica autorizando a publicação total ou parcial das respostas sem nenhum tipo de identificação.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CEP – UFRN) por meio do parecer número 164/2011. Todo o processo de pesquisa levou em consideração os preceitos da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que é responsável por aprovar as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 1996).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão, participaram do estudo 243 idosos. No que se refere ao gênero, 71% (172) são mulheres, conforme representado no gráfico 01.

Figura 1: Distribuição dos idosos de acordo com o gênero. Natal. 2014.



O resultado encontrado é semelhante ao de outros estudos realizados na área de gerontologia que evidenciam uma tendência do maior número de idosos serem do sexo feminino com maior expectativa de vida também nesse gênero (LISBOA; CHIANCA, 2012; OLIVEIRA; NOVAES, 2013).

Outra variável demográfica analisada foi à idade, resultando em uma média de 79,68 anos, com um desvio padrão de ±9,45. A tabela 01 apresenta a distribuição dos idosos por faixa etária e gênero.

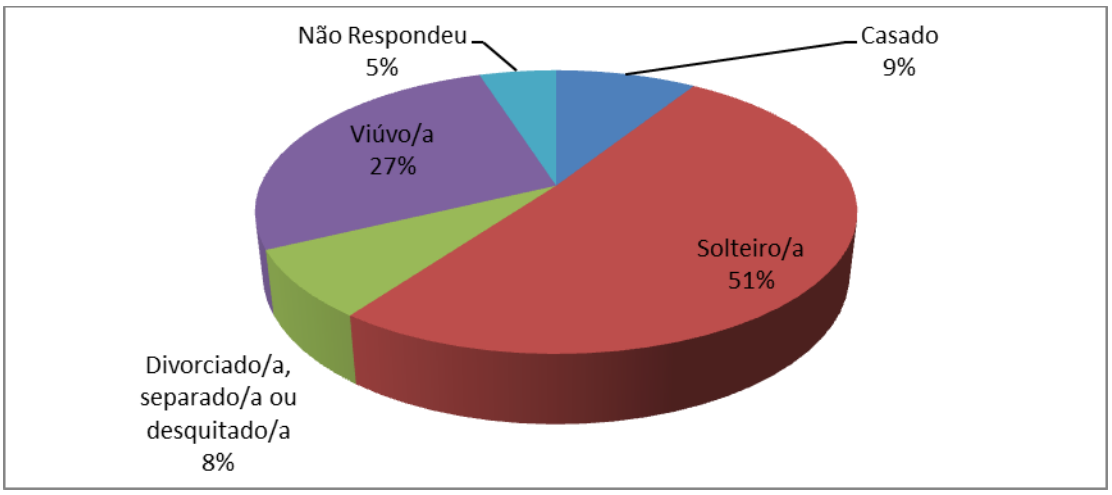
Tabela 01: Distribuição dos idosos por faixa etária e gênero. Natal, 2014.

	Sexo			
	Masculino		**Feminino**	
Faixa etária em anos	F.A	F.R (%)	F.A	F.R (%)
60-64	6	8,45	8	4,65
65-69	9	12,68	16	9,30
70-74	8	11,27	30	17,44
75-79	18	25,35	21	12,21
80-84	19	26,76	30	17,44
85-89	9	12,68	36	20,93
> 89	2	2,81	31	18,03
Total	**71**	**100**	**172**	**100**

Um estudo semelhante realizado com o mesmo público em Pelotas, RS, evidenciou que a maioria dos idosos analisados encontrava-se na faixa etária de 76 a 85 anos (CARVALHO; LUCKOW; SIQUEIRA, 2011). Esse dado é semelhante aos resultados do presente trabalho. Percebe-se uma faixa-etária predominante de 80 a 84 anos no sexo masculino com 52,11% e 85 a 89 anos com 38,96%, ou seja, a população feminina apresenta um maior número de idosas com idade mais avançada, justificada pela maior expectativa de vida no sexo feminino (LISBOA; CHIANCA, 2012).

No que diz respeito ao estado civil, a maioria (51%) era solteiro (a). O segundo maior percentual foi de viúvo (a) (27%) e uma pequena amostra (5%) não respondeu, conforme representado na figura 02.

Figura 02: Distribuição dos idosos segundo o estado civil. Natal, 2014.



Um estudo realizado com idosos institucionalizados em Brasília, DF, corrobora os achados da presente pesquisa ao encontrar a maioria dos respondentes sendo solteiros (as) e viúvos (as) (OLIVEIRA; NOVAES, 2013).

Quanto ao número de filhos, 40,33% afirmaram não possuir nenhum filho e 28,40% afirmaram possuir entre 01 e 02 filhos, conforme representado na tabela 02. Esses resultados, associados à predominância de pessoas solteiras e viúvas podem ter contribuído para o processo de institucionalização, tendo em vista que possivelmente às mesmas viviam sozinhas antes de morarem na instituição, ou seja, sem convívio familiar e social. Em algumas situações, quando o idoso vivia com alguém da família ou outras pessoas, a admissão em uma ILPI pode representar uma quebra nos laços familiares e isolamento social (OLIVEIRA; NOVAES, 2013).

Tabela 02: Distribuição do número de filhos por idoso institucionalizado. Natal, 2014.

Número de Filhos	FA	FR (%)
Nenhum	98	40,33
1 a 2	69	28,40
3 a 4	26	10,70
Mais de 4	20	8,23
Não Respondeu	30	12,34
Total	**243**	**100**

Outra variável analisada no estudo foi o tempo de institucionalização. A tabela 03 apresenta os resultados, evidenciando que o maior percentual possui entre 01 a 03 anos de institucionalização, precedidos por um número significativo de idosos que não souberam responder ao questionamento. Esse resultado está em desacordo com um estudo desenvolvido em MG, que encontrou um tempo médio de institucionalização de 70 meses (LISBOA; CHIANCA, 2012). Um outro estudo realizado também em MG, encontrou a predominância de idosos com institucionalização até 5 anos. Esses resultados ilustram que as condições e perfis são variáveis em diferentes unidades geográficas do nosso país.

Tabela 03: Tempo de Institucionalização do idosos. Natal, 2014.

Tempo em Anos	FA	FR (%)
Menos de 01 ano	2	0,82
01 a 03 anos	72	29,63
04 a 06 anos	44	18,11
07 a 9 anos	21	8,64
10 a 12 anos	22	9,05
Mais de 12 anos	21	8,64
Não soube responder	61	25,10
Total	**243**	**100**

Após a análise de todas as variáveis estudadas, pode-se inferir que o idoso que reside nas ILPI filantrópicas do município de Natal-RN geralmente é do sexo feminino, com uma idade avançada, solteiro, sem filhos e com 01 a 03 anos de institucionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento da população brasileira tem desencadeado o aumento pela procura por ILPI para abrigar os idosos, conforme citado por autores nas áreas de geriatria e gerontologia, (PERLINI, LEITE e FURINI, 2007; SOARES et al, 2012; MARINHO et al, 2013). Vários são os motivos que desencadeiam o processo de institucionalização. Dentre eles, destacam-se: falta de condições por parte dos familiares para cuidar dos seus idosos, despreparo dos familiares, dependência crescente do idoso para realizar as atividades básicas de vida diária e condições socioeconômicas desfavoráveis associadas à incidência de doenças e à utilização de diversos medicamentos.

A Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) estabelece como princípio que a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida. Ela coloca como uma das suas diretrizes a priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência.

Porém, conforme já citado anteriormente, alguns motivos levam os familiares a procurarem uma ILPI para abrigar os seus idosos. Entende-se que é extremamente necessário que esses espaços promovam uma maior integração com o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social para que sejam oferecidos atendimentos conforme as necessidades dessa população. Neste sentido, entender o perfil e as condições desses idosos é extremamente relevante para que as ações sejam desenvolvidas de forma equitativa e integral.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mariana Asmar et al. **Perfil dos idosos residentes em uma instituição de longa permanência.** Revista brasileira de geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, Dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v15n4/17.pdf>. Acesso em 26 de Junho de 2013.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Política Nacional do Idoso. Diário Oficial da União 05 de janeiro de 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução Nº 196, de 10 de outubro de 1996**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Conselho Nacional de Saúde,* Brasília, DF, 10 out. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Básica _ Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília, 2006.

CARVALHO, Maitê Peres de; LUCKOW, Eliara Lüdtke Tuchtenhagen; SIQUEIRA, Fernando Vinholes. **Quedas e fatores associados em idosos institucionalizados no município de Pelotas (RS, Brasil)**. Ciência e saúde coletiva. V. 16, n. 6, p. 2945-2954, Junho, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n6/32.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2013.

CERVO AL, BERVIAN PA, SILVA R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall; 2007.

DAVIM, Rejane Marie Barbosa et al. **Estudo com Idosos de Instituições Asilares no Município de Natal/RN: características socioeconômicas de saúde.** Revista Latino-Americana de Enfermagem. V. 12, n. 3. p. 518-524, 2004.

DYNIEWICZ AM. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes.** São Caetano do Sul: Difusão Editora; 2007.

GIL AC. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas; 2010.

LISBOA, Cristiane Rabelo; CHIANCA, Tânia Couto Machado. **Perfil epidemiológico, clínico e de independência funcional de uma população idosa institucionalizada.** Revista brasileira de enfermagem [online]. Vol. 65, n.3. p.482-488. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v65n3/v65n3a13.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2013.

OLIVEIRA, Mirna Poliana Furtado de; NOVAES, Maria Rita Carvalho Garbi. **Perfil socioeconômico, epidemiológico e farmacoterapêutico de idosos institucionalizados de Brasília, Brasil.** Ciência e saúde coletiva. V.18 n.4, p.1069-1078, Abril, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n4/20.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2013.

SOARES, E. et al. Estudo epidemiológico do perfil do idoso institucionalizado em instituições do interior paulista. Revista Ciência em Extensão. V.8, n.1, p.35, 2012. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/686/630>. Acesso em: 20 de junho de 2013.

MARINHO, Lara Mota et al . Grau de dependência de idosos residentes em instituições de longa permanência. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre , v. 34, n. 1, Mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v34n1/13.pdf. Acesso em: 22 de fevereiro de 2014.

PERLINI, Nara Marilene O. Girardon; LEITE, Marinês Tambara; FURINI, Ana Carolina. Em busca de uma instituição para a pessoa idosa morar: motivos apontados por familiares. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo , v. 41, n. 2, June 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n2/07.pdf. Acesso em: 22 de fevereiro de 2014.